

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR, DEPUTADO GILBERTO ABRAMO  
DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Representação no. 12/2021

LUIS CLAUDIO FERNANDES MIRANDA, já  
qualificado, vem, com o respeito que se impõe, à  
presença de Vossa Excelência apresentar

### **ADITAMENTO À DEFESA**

em face do requerimento apresentado pelo **PARTIDO  
TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB**, nominado "Aditamento" à  
Representação, o que passa a fazer com fundamento nos  
substratos fáticos e jurídicos a seguir delineados.

## **I. SÍNTESE DO "ADITAMENTO" À REPRESENTAÇÃO**

1. O Representado encaminhou sua defesa prévia no dia 05/08/21. No dia 18/08/21, ocorreu a notificação do "aditamento" à Representação formulada pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, ensejando por conseguinte o necessário aditamento à Defesa Prévia que ora se faz.

2. De forma sintética, o Representante pugna pela inclusão, dentre os requerimentos já formulados, e "em caráter de urgência", que o Representado "seja instado a **apresentar perante o Conselho de Ética e Disciplina o material (fita cassete, CD, pen drive ou qualquer outro meio magnético) com a gravação que captou conversas ambientais, havida em diálogo entre o Representado, o irmão deste, Luis Ricardo Miranda, servidor efetivo do Ministério da Saúde, e o Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro**" (grifos no original).

3. O referido aditamento vem, de forma inusitada, se não esdrúxula, formular pretensão que fere os mais mezinhos princípios constitucionais e legais de regência processualística.

## **II. RAZOES PARA INDEFERIMENTO DO PEDIDO**

4. Não obstante a própria Representação em si dever ser arquivada liminarmente por inépcia, o que implicaria por arrasto no indeferimento do pleito formulado no “aditamento”, torna-se necessário rebater especificamente o requerimento formulado.

5. De plano, nota-se que o pedido é uma tentativa dissimulada de obrigar o Representado a formular prova contra si, o que *de per se* é desprovido de bom senso. Ainda que o Representante tivesse em seu poder tal gravação, a tentativa de obriga-lo a apresentar tal documento já seria ilegal.

6. O agravante de tal requerimento, no entanto, é que o Representante formula tal pedido SEM QUALQUER FUNDAMENTO fático ou jurídico que o justifique. O Representado, REITERADAMENTE, afirmou que **não gravou o Exmo. Sr. Presidente da República!** Tal afirmação foi reproduzida em diversas mídias, e o Representante sequer se deu ao trabalho de justificar o porquê de acreditar que o Representado teria em sua posse tal gravação.

Notícias > Congresso

## Luis Miranda diz que não gravou encontro com Bolsonaro

**Congresso** por: **Guilherme Resck** | 13/7/2021 às 0:44

Segundo o deputado, porém, as investigações irão comprovar tudo o que ele e o irmão disseram

Siga o SBT News no [Google News](#)



Temas do momento ▾

Atividade Parlamentar ▾

Radar do Congresso ▾

Covid-19 ▾



### “Eu não tenho áudio nenhum do presidente”, diz Luís Miranda

Por **Guilherme Mendes** — Em 12 jul, 2021 - 23:56 — Última Atualização 13 jul, 2021 - 10:21

27/07/2021  
19:30

Depoimento

## Luis Miranda afirma à PF que não gravou conversa com Bolsonaro, diz jornal

Por Gazeta do Povo

**EXTRA** | Extra

## À Polícia Federal, Luis Miranda nega ter gravado conversa com Bolsonaro e coloca celular à disposição

f

Natália Portinari e Aguirre Talento

27 de julho de 2021 · 1 minuto de leitura

🐦

**Fiserv.**  
Líder em tecnologia financeira  
a impulsionar negócios e pessoas

**DIÁRIO** de  
**PERNAMBUCO**

// CONFIRA O **JORNAL DIGITAL** DO DIA

NOTÍCIA DE POLÍTICA

CPI DA COVID



## Miranda sobre reunião com Bolsonaro: 'Jamais gravaria o presidente'

✍ Por: **Matheus Adler** Por: **Estado de Minas** 📅 Publicado em: **12/07/2021 22:38**

7. O Representante, da mesma forma, se desincumbe do dever de justificar o porquê da exigência que formula. Não há qualquer justificativa ou

embasamento jurídico que embase o requerimento que faz. Não delinea o que pretende provar, não tece considerações acerca de como acredita que tal suposta gravação possa interferir no processo, e não estabelece uma correlação lógica entre este “novo” requerimento com os já formulados.

8. A Representação inicialmente aviada funda-se em uma suposta quebra de decoro por entender o Representado que o Representante não deveria ter levado ao conhecimento do Exmo. Presidente da República a ocorrência de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Ministério da Saúde.

9. Na Defesa Prévia, a deficiência de fundamentação recorrente nas manifestações do Representante já foram devidamente expostas, sendo porém necessário transcrever os Itens 17, 18, 20, 21 e 22 daquela peça (Defesa Prévia):

17. Feito o paralelo, é oportuno registrar que art. 41 do Código de Processo Penal, analogicamente aplicável, prevê que a denúncia, necessariamente, deverá conter *“a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias”*, bem como *“a classificação do crime”*.

18. No âmbito judicial, são inúmeras as manifestações da Suprema Corte no sentido da inviabilidade de **denúncias que não**

**descrevem os fatos supostamente delitivos de modo a subsumi-los ao tipo proibitivo supostamente violado.**

(...)

20. No caso dos autos, a representação ofertada apontou apenas **escassa** e **genericamente** que o Representado teria idealizado uma narrativa falsa e fraudulenta contra o Presidente da República para assim supostamente prejudicá-lo.

21. Deixou, todavia, de arrazoar, ao menos de forma minimamente convincente, não apenas em que consistiriam as falsidades, mas também em que medida esses fatos se enquadrariam aos artigos do Código de Ética e Decoro Parlamentar que indicou como violados.

22. De fato, a partir das malversadas construções da peça de representação não é possível sequer identificar com a clareza necessária qual teria sido efetivamente a quebra de decoro parlamentar perpetrada.

10. A conclusão inevitável é de que o Aditamento segue o mesmo padrão de inépcia da Representação. Não há preocupação em estabelecer uma correlação lógica entre os pedidos e os fatos que se

pretende esclarecer, ou entre estes fatos e os artigos do Código de Ética que teriam sido violados.

11. No processo, os requerimentos formulados não devem servir para atender caprichos pessoais de quaisquer das partes, seja Representante ou Representado.

12. O Representante portanto faz um requerimento sem esclarecer o que pretende provar, sem colacionar qualquer fundamento que justifique seu pedido, sem demonstrar o porquê de entender que a suposta gravação estaria em poder do Representado e, por fim, sem estabelecer um nexó lógico entre o fundamento da Representação e o requerimento ora formulado.

13. O Representado reuniu-se com o Exmo. Presidente da República, ocasião em que repassou informações de pressões "atípicas" para aprovação de uma vacina. Tanto a reunião quanto o seu teor foram admitidos pelos participantes da mesma, inclusive pelo Exmo. Sr. Presidente da República!





Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

Início / Coronavírus

## Covaxin: Bolsonaro admite que foi alertado pelos Miranda sobre irregularidades

"Falei com o Pazuello, foi visto que tinham inconsistências no pedido e passei para frente os papéis que ele (Luis Miranda) deixou lá", disse o presidente

Por Lucas Vasques 12 jul 2021 - 18:43

**veja**

ASSINE

BUSCAR 🔍

RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA PLACAR

**RADAR**

Por Robson Bonin

SIGA



Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Gustavo Maia, Laísa Dall'Agnol e Lucas Vettorazzo. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Política

## Bolsonaro finalmente confirma que foi alertado pelos irmãos Miranda

Presidente diz que passou papéis "para frente" e que conversou com Pazuello; voltou a dizer que, se houve gravação, é crime

Por Laísa Dall'Agnol Atualizado em 12 jul 2021, 19h57 - Publicado em 12 jul 2021, 18h15

14. Em um dos trechos da reportagem, inclusive, transcreve-se parte da fala do Exmo. Sr. Presidente, na qual afirma:

"FALEI COM O PAZUELLO, FOI VISTO QUE TINHA INCONSISTÊNCIAS NO PEDIDO E PASSEI PARA FRENTE OS PAPÉIS QUE ELE [MIRANDA] DEIXOU LÁ", DECLAROU

BOLSONARO. ([HTTPS://VEJA.ABRIL.COM.BR/BLOG/RADAR/BOLSONARO-FINALMENTE-CONFIRMA-QUE-FOI-ALERTADO-PELOS-IRMAOS-MIRANDA/](https://veja.abril.com.br/blog/radar/bolsonaro-finalmente-confirma-que-foi-alertado-pelos-irmaos-miranda/))

15. Ora, se TODOS os participantes da reunião, inclusive o Exmo. Presidente da República, confirmam o que fora discutido, qual a razão do requerimento formulado?

16. Causa estranheza que seja apresentada uma suposta gravação acerca de fatos admitidos por todos os envolvidos. Mesmo que tal gravação exista, seria uma prova inútil, acerca de fatos incontroversos.

17. O próprio fato do Exmo. Presidente da República admitir o teor da reunião joga por terra a Representação formulada. A alegada quebra de decoro teria ocorrido, segundo a Representação, em razão do Deputado Luis Miranda e seu irmão supostamente terem criado uma *"narrativa com o único objetivo de prejudicar o Presidente da República"*. Muito embora já seja absurdo inferir que levar ao conhecimento de uma autoridade indícios da prática de um crime possa ser considerado quebra de decoro, o reconhecimento público pelo Exmo. Presidente do teor da conversa torna inequívoco a veracidade da narrativa, e por conseguinte a inépcia da Representação.

18. Muito embora, repise-se e frise-se, não seja possível extrair da Representação formulada uma lógica acerca de "como" ou "por que" levar ao

conhecimento da autoridade máxima do País indícios de ilegalidades em um Ministério possa ensejar a quebra do decoro parlamentar, o simples fato do Exmo. Presidente da República confirmar a narrativa do Representado impõe o imediato e liminar arquivamento da Representação.

### **III. CONCLUSÃO - DOS PEDIDOS**

19. Pelo exposto reitera-se em sua totalidade, neste momento, os argumentos já lançados na Defesa Prévia, devendo igualmente o Aditamento ser rechaçado de plano, bem como arquivada liminarmente a Representação, diante da inexistência de conduta que tipifique quebra de decoro parlamentar, bem como em face da assunção pública, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, da veracidade dos fatos narrados pelo Representado.

20. Termos em que respeitosamente, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 24 de agosto de 2021.

Bruno Degrazia Mohn  
OAB/DF 18.161